

JOSÉ JOFFILY: PARLAMENTAR E HISTORIADOR MALDITO

FAVIANNI DA SILVA

Doutorando em Educação Brasileira - Universidade Federal do Ceará (UFC)

URSULA LIMA BRUGGE

Doutorando em Educação Brasileira – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Introdução

Tendo como ponto de partida a lúcida expressão de Euclides da Cunha em sua magistral obra “Os Sertões”, onde afirma que, “[...] é difícil traçar a linha divisória entre as tendências pessoais e as tendências coletivas: a vida de um homem é um capítulo instantâneo da sociedade de sua época [...]”, Euclides da Cunha expressava, assim, a dificuldade de produção do gênero biográfico, onde se entrelaçam em um mesmo tecido, o pessoal e o coletivo, os indivíduos e a sociedade. [...].

Essa dificuldade recrudescer, quando se trata de um personagem como José Joffily, considerado pelo conservadorismo e pela historiografia dominante “um parlamentar e historiador maldito”. Parlamentar por quatro mandatos entre 1946 a 1962. Porta-voz das Reformas de Base, notadamente, da Reforma Agrária, na Câmara Federal e atuante incentivador das Ligas Camponesas na Paraíba, cassado, preso e perseguido pelo Regime Militar, se ver impossibilitado de resolver as contradições entre seus ideais socialistas e a dura realidade nacional, procurando como historiador por meio de uma atitude, historicamente, pragmática, exercer sobre seu meio uma influência que não conseguiu pela política.

Considerado um estranho no ninho, tanto na política como na historiografia, a herança historiográfica deixada por Joffily nunca foi devidamente estudada em sua terra natal, apesar de ser exaustivamente citada em obras e pesquisas atuais. Sobre sua vida, temos o trabalho do jornalista Odulvado Batista, uma das primeiras

biografias escritas sobre Joffily, intitulada *José Joffily: 60 anos de combatividade nacionalista*, que compõe a coletânea de biografias políticas, enfeixadas no livro: *Poder e Política na Paraíba – uma análise se suas lideranças – 1960/1990* (1993). Outro estudo também muito importante é o do historiador José Octavio, em seu livro, *Sociedade e Poder Político no Nordeste: o Caso da Paraíba (1945- 1964)* (2001). Neste último, o autor dedica um capítulo a José Joffily intitulado *Um Parlamentar da Máquina Partidária ao Reformismo*, em que analisa o quadro eleitoral e a atuação parlamentar.

No meio acadêmico, é da professora Marta Falcão o primeiro projeto de iniciação científica PIBIC\CNPQ, intitulado *José Joffily: Parlamentar e Historiador Combatente*, desenvolvido na linha de pesquisa de Estrutura de Poder, no Núcleo de História Informação e Documentação Regional – NHIDR, do departamento de História da Universidade Federal da Paraíba entre os anos de 2002 a 2004. Tal iniciativa levantou importantes dados sobre a atuação parlamentar e, principalmente, sobre sua obra historiográfica. No entanto, com a aposentadoria em 2004, cessa-se as pesquisas, deixou importante contribuição a futuras pesquisas. Assim, com base nessas pesquisas, busco aprofundar as possíveis imbricações entre sua atuação política e sua produção historiográfica, lembrando sua formação política e sua formação acadêmica para entender a sua prática historiográfica.

Oriundo de família com tradição historiográfica e de poucos recursos econômicos, era neto pelo lado materno do notável historiador Irineu Joffily e filho do funcionário dos Correios e Telégrafos – Antônio Bezerra de Melo e da professora estadual, D. Maria Joffily. Teve apenas um irmão sobrevivente, dos quatro da prole do casal, Guilherme Segundo Joffily, médico e, até os anos cinquenta do século passado, seu grande cabo eleitoral nas disputas campinense. Ao que tudo indica, Joffily fez o seu primário com a própria mãe, tendo ingressado no colégio Pio X, onde fez a complementação de seus estudos, antes de ingressar no Liceu Paraibano em 1925. Seu batismo político ocorre no primeiro dia de aula, quando foi cercado pelos estudantes veteranos e questionado:

[...] Cascabulho! “Contra ou a favor de Sacco e Vanzetti?” Ora, eu nunca tinha ouvido falar nesses nomes, Sacco e Vanzetti, nem me ocorreu o que era aquilo. Fiquei atônito. Mas um colega meu, Asclepiades de Sousa Lucena, que já tinha sido batizado pelo trote, que estava na minha frente, fez um acento e eu compreendi e disse: “Sou a favor”. Então eles disseram: “Esse cascabulho está solto”. E foram pegando outros. Quando eu saí dali e disse: “Acertei o negócio. Que diabo é Sacco e Vanzetti?” Pensei até que fosse alguma sacanagem. Quando cheguei em casa e tirei aquela farda toda, fui procurar saber o que era Sacco e Vanzetti. Disseram: “Está aí nos jornais”.

Dali para frente, Joffily sempre estaria no seio da multidão, a exemplo do tumultuado ano de 1930, como simpatizante da Aliança Liberal, quando percorria as ruas da capital, incendiando prédios pertencentes aos adversários do presidente assassinado (1993, p.69).

Segundo a entrevista feita por Eduardo Raposo, pelo CPDOC em 1982, nesse mesmo ano, Joffily havia terminado, por decreto, seu último ano de ginásio no Liceu Paraibano para poder servir ao movimento armado de 1930, tendo com isso garantia de emprego após a mudança de regime. Arranjou rapidamente um trabalho no Serviço de Estatística do Estado da Paraíba. No ano seguinte, em 1931, com o curso de ginásio, um emprego ganhando 150 mil-réis por mês, almejou ir mais longe. Como ainda não havia escolas superiores na Paraíba, decidiu partir para o Rio de Janeiro em busca de melhores trunfos. No fim de 1931 e começo de 1932, pediu demissão do cargo e pegou um navio de terceira classe para a então capital do Brasil. Chegando ao Rio, não podia estudar durante o dia, pois tinha que trabalhar. Primeiro pensou em entrar para a Escola Militar, mas durante dois anos não houve matrícula, pois, os sargentos que participaram da revolução tinham sido promovidos a tenente e lotaram os quadros de oficiais. Na época, a Escola Militar era uma atração muito grande naquela época para os estudantes,

porque era a única escola superior do Brasil em que, além de não se pagar nada, ainda se recebia para estudar.

Assim, resolveu fazer vestibular para Direito, pois, segundo ele, era a única faculdade que não exigia presença total obrigatória, “[...] quebrava-se o galho com o bedel, bastava uma meia dúzia de presenças no mês” (CPDOC 1982, p. 31). As outras faculdades existentes nesse período histórico eram química, engenharia e medicina. Assim que ingressou na Faculdade conseguiu arranjar seu primeiro emprego no Rio de Janeiro, como cobrador de uma revista médica. Desse modo, durante os anos de 1932, 1933 e 1934 esteve no Rio de Janeiro, estudando e trabalhando.

Nessa época, começou a ler literatura marxista, primeiro pelo “ABC do Comunismo”, que lhe deu condições de conhecimento da conjuntura internacional e das noções elementares do materialismo histórico, acirrando cada vez mais suas posições anticlericais, e contribuindo para a sua grande decepção com a Revolução de 1930, a que denominou de contra-revolução, concretizada na célebre frase de um de seus mais ilustres participantes – Antonio Carlos de Andrade, representante maior da oligarquia mineira: “Façamos a Revolução, antes que o povo a faça”. Seus estudos marxistas foram aprimorados, pelas aulas da disciplina de Economia Política, ministrada pelo atuante marxista Leônidas Rezende, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde iniciou seu curso de direito, ingressando em seguida para a militância na Federação Vermelha dos Estudantes, no 8º andar do Edifício Guinle, formada em grande parte por acadêmicos de Medicina e Direito. Dessa semente plantada pelos neófitos marxistas de Medicina e Direito, nasceria e germinaria a UNE – União Nacionalista dos Estudantes. Daí para frente estendeu sua militância para além dos muros da faculdade, começando pelas fachadas das casas burguesas, com o dístico: PÃO, TERRA E LIBERDADE, contrapondo-se ao jargão da direita: DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA. Porém, seu grande professor da teoria marxista e de sua militância foi, segundo Joffily, Celso Didier, um competente

linotipista, que lhe ensinou a importância da organização e da base teórica para um autêntico revolucionário.

A primeira metade da década de 1930 foi à época de apogeu do fascismo, da luta da Abissínia, de Hitler, do incêndio do Reichstag. A Europa estava pegando fogo, e as labaredas da Europa não tardaram em chegar ao Brasil. Segundo depoimento de Joffily (CPDOC 1982, p. 31):

[...] dentro da Faculdade de Direito, quem não era comunista era integralista, não havia alternativa. Os alunos iam para o Lamas, que era no Largo do Machado, mas mudou-se em 1993. Ali se pregavam cartazes, avisos e tudo o mais. Esse antagonismo entre integralistas e comunistas começava logo nas aulas. Quando era aula de Alcebíades Delamare, integralista, nós íamos perturbar. Quando era aula de Leônidas Resende, comunista, a turma vinha perturbar porque era comunista. Então, houve uma época em que quase não se podia dar aula dentro da faculdade.

Em 1935, aos vinte e um anos, com a derrota do Levante Comunista, iniciada em Natal e com atuante participação do Rio de Janeiro, Joffily foi preso, por fazer parte do referido movimento, no Navio Presídio Pedro I, sendo solto por *habeas corpus*, em parte concedido em virtude de seu grave estado de saúde, pois fora baleado em uma das pernas, que corria risco de amputação. Tinha então, 21 anos.

Em seguida, voltou ao Nordeste e se matricula na Faculdade do Recife. Depois de concluídos os estudos, trabalhou por pouco tempo como promotor de justiça, até ser nomeado, pelo então interventor Agamenon Magalhães de Pernambuco, como Diretor da Penitenciária de Itamaracá, presídio de segurança máxima na época. Como diretor, incentivou as práticas agrícolas, com cursos para os presidiários e a aquisição de renda para seus familiares, com os produtos vendidos. Joffily também instituiu o regime semi-aberto de prisão, recolhendo-se o presidiário do seio de sua família apenas

à noite, regime este que já adotado na época desde o final do século XIX. Foi um verdadeiro furor na imprensa da época, notadamente, por parte das oligarquias pernambucanas.

Em agosto de 1940, voltou à Paraíba, para assumir o cargo de Secretário da Agricultura, na interventoria de Rui Carneiro, a quem se ligaria por uma longa amizade pessoal e política até 1962, quando deixou o Partido Social Democrata (PSD) ingressando no Partido Socialista Brasileiro (PSB). Nesta pasta, procurou dinamizar a agricultura e diversificá-la, apesar da conjuntura desfavorável do período, com o algodão já sem mercado, devido a grande concorrência dessa produção do sudeste do país.

Com o denominado período da “redemocratização” do país, Joffily foi um dos fundadores do Partido Social Democrata, sob a liderança de Ruy Carneiro, que ao lado da União Democrática Nacional (UDN), formaram os dois partidos hegemônicos da Paraíba, ambos, profundamente reacionários. O primeiro chefiado por Rui Carneiro, como funcionário do Banco Lar Brasileiro, e o segundo, liderado por José Américo, Argemiro e os Ribeiros Coutinho. Este último, sob a bandeira do PSD, elege-se Constituinte em 1946, com significativa votação, tanto em áreas urbanas, como rurais. Mesmo tendo recebido convite de João Santa Cruz para ingressar na União Socialista Paraibana, partido de efêmera expressão, porém célula maternal do Partido Comunista Paraibano, a ligação afetiva com Rui Carneiro falou mais alto. Como constituinte de 1946, foi assim avaliado, no discurso de Marcondes Gadelha, na entrega da Medalha Comemorativa da Constituinte de 1946. (apud, BATISTA 1993, p. 345):

[...] Com a redemocratização, em 1945, elegeu-se constituinte e, então, Sr. Presidente, Sr. Senadores, um tropel de fatos, dos mais relevantes e de extraordinária significação, passa a dar conta de uma existência tensa, preenchida em todos seus refolhos. Passam a dar conta de um espírito inquieto, inconformado, atuando diuturnamente, apresentando sempre novas propostas e arrastando sempre com o exemplo.

Assim, mesmo fazendo parte de um partido dos mais reacionários e sendo, em relação à Paraíba, considerado “um estranho no ninho”, em seu primeiro mandato como Parlamentar, revelou uma prática política, ao mesmo tempo, socialista e nacionalista, que o acompanhou por toda a vida quer como parlamentar, como cidadão, ou como historiador, o em que o revisionismo e a contestação foram suas bandeiras de luta.

Como Parlamentar, suscitou a tese do controle estatal sobre o subsolo e sobre as quedas d’água, que, no final, converteu-se no importante art. 152 da Constituição de 1946. Reeleito deputado federal em 1950, 1954 e 1958, sempre com votação crescente, fundou a Frente Parlamentar Nacionalista, quando a partir de então, ao lado de vultos como Aliomar Baleeiro, Gabriel Passos e Seixas Doria, participou de muitas lutas e sindicâncias, de inúmeras investigações sobre o papel do capital estrangeiro em nosso país. Por sua iniciativa e de seu grupo nacionalista, Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) foram abertas para investigar a remessa de lucros para o exterior e sobre a atuação política de empresas transnacionais no Brasil, tendo Joffily sempre na linha de frente (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 2003).

Em seu último mandato, assumiu no Parlamento a liderança pela Reforma Agrária, tese já abraçada nos anos de 1940, quando levantou a necessidade de aproveitamento hidrelétrico do São Francisco, um amplo processo de distribuição de terras irrigáveis desta região e a criação de um órgão, futura *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste* (SUDENE), responsável pela coordenação e planejamento do desenvolvimento regional do Nordeste, tendo como ponto de partida a reforma agrária. Nos idos de 1962, face aos crescentes assassinatos de camponeses e da contínua violência no campo, notadamente, depois da chacina de Miriri e da morte de João Pedro Teixeira, viajou à Paraíba, com relevante incumbência da Câmara Federal: investigar e denunciar a violência envolvendo latifundiários, policiais e até mesmo o exército e governo.

A década de 1960 foi decisiva na vida política de Joffily, face à campanha da sucessão estadual, quando foi atropelado pelo conservadorismo e pelo nepotismo carneiristas, assim sumariado por Hipólito (1985, p.180).

Paraíba de todos os membros da Ala Moça, José Joffily era que reunia melhores condições para disputar o governo do estado. Constituinte de 1946, reeleito deputado federal em 1950 e 1954 com votações crescentes, vice-líder da maioria entre 1956 e 1958, Joffily mantinha excelentes relações pessoais com o presidente do diretório regional, Rui Carneiro, de quem tinha sido secretário de Estado. Apontado desde 1957 como candidato do PSD à sucessão estadual de 1960, Joffily consolida cada vez mais sua posição atuando decisivamente na Câmara. Nas eleições de 1958 reelege-se deputado federal e contribui decisivamente para a reeleição de Rui Carneiro para o Senado.

Não obstante todas essas condições, somadas ao preparo intelectual, numa evidência do clientelismo e dos grupos de parentela que sempre dominaram a política paraibana, quando das articulações à candidatura de Joffily ao governo do Estado nas eleições estaduais de 1960, sobretudo de um município importante como Campina Grande, sua terra natal, Rui Carneiro indicou o próprio irmão. Janduby Carneiro, derrotado por Pedro Gondim, que na correta avaliação de Nestor Jost (apud BATISTA, 1993 p.76).

[...] Joffily era realmente um elemento intelectualmente superior ao nível existente na Paraíba da época. Mas era tido como um homem de esquerda e dentro do PSD ele se tornava uma exceção, porque o PSD era conservador. Ele tinha condições pessoais que criavam um certo atrito entre os elementos mais antigos. Na verdade, o que Rui queria era pôr o Janduby, irmão dele.

Não concordando com a atitude do dono do partido, assumida por Rui Carneiro, Joffily desliga-se do PSD, e ingressa no inexpressivo Partido Socialista da Paraíba, que em nível nacional, tinha

a liderança de nomes como João Mangabeira e Hermes Lima, sacrificando assim uma candidatura certa a Câmara Federal, perdendo nesta legenda a senatoria ao baixo coeficiente eleitoral da mesma, em 1962.

Com o advento do golpe militar de 1964, seu nome constou na primeira lista dos cassados pelo novo regime. Sem condições de sobrevivência em seu Estado, migrou para o promissor estado da Paraná, onde, juntamente com outros cassados, como Assis Lemos, fundam uma empresa de insumos agrícolas, a Herbitécnica, que logo expandiu-se em uma região de franca e acelerada “industrialização agrícola”. Porém, mesmo distante geograficamente, jamais se desligou da política de seus pais e de sua terra – a Paraíba. Participou ativamente da Campanha Pelas Diretas Já, e no início de 1990, quando novamente de sucessão estadual, seu nome foi lembrado por alguns Partidos de esquerda da terra tabajara, (PCB, PC do B, PSB) que pretendiam se coligar com o PT, formado a Frente Paraíba Popular. Porém, as bases do PT e do PMDB, vetaram o seu nome. Na ocasião, Joffily lançou um manifesto ao povo paraibano, sob o título de: *A Sucessão Estadual*. No citado manifesto, Joffily explica aos seus conterrâneos como se deu a segunda expulsão, desta vez pelo PMDB, partido travestido de oposição ao regime militar: (JOFFILY, 1990 p.8).

[...] É igualmente necessário que as novas gerações saibam como se deu minha segunda expulsão da Paraíba, isto é, minha eliminação do PMDB em 08 de maio de 1988. Duas vezes altivas se ergueram contra a truculência do diretório: o Desembargador Emilio de Farias e o escritor Josué Sylvestre.

Assim, em situação econômica privilegiada, mais com os direitos políticos cassados, procurou colocar em prática suas ideias, agora no campo intelectual como historiador. Apesar das obras direcionadas para a História, Joffily, não era formado em História, uma vez que o mesmo era jurista, erudito e humanista, foi até professor pela Faculdade de Londrina no curso de Direito. Adotando o

método do materialismo histórico, José Joffily, trouxe significativa contribuição para a historiografia paraibana e nacional. Em suas obras, uma das principais preocupações era a derrubada de mitos e versões cristalizadas como verdades absolutas pela historiografia. Para isso, dedicou-se a acontecimentos históricos e julgamentos feitos pela sociedade da época, bastantes polêmicas, como por exemplo, a marginalização que foi atribuída à intelectual paraibana Anayde Beiriz, em seu livro: *Anayde Beiriz. Paixão e Morte na Revolução de 30*. Em seus livros Joffily é caracterizado por fazer todo um apanhado econômico, social e político da época estudada. Segundo ele (1982, p. 15).

É perene a falange dos que substituem a argumentação pela ofensa. A força do preconceito, quando consagrada pela versão oficial, torna-se imbatível, constituindo uma espessa camada de mitos sedimentados através de gerações. Perfurá-la é trabalho de vigorosa e paciente determinação.

Suas primeiras publicações aparecem já no final de sua gestão como Secretário da Agricultura, em 1945, próximo à queda do Estado Novo, em que publicou seu primeiro estudo (plaqueta), *Industrialização da Paraíba*, na qual defende muitas teses que mais adiante foram aproveitadas no projeto da SUDENE – o GTDN, ou seja, a dinamização da agricultura e a fixação do homem no campo, através de uma política de subsídios governamentais. Publicou também, em 1948, o *Plano Alte*, onde emergem com forte vitalidade, suas ideias nacionalistas e seu compromisso com o nordeste.

Em 1979, às vésperas do cinquentenário da Revolução de 1930, a Paraíba como um dos estados pioneiros na fundação da Aliança Liberal e palco das conspirações do movimento, realiza uma série de comemorações marcadas por debates e conferências, dando lugar ao lançamento do livro, *Revolta e revolução. 50 anos depois* (1979) de José Joffily que foi premiado pela Academia Paulista de história, considerado seu melhor estudo.

Entre 1976 e 1977, já havia sido lançado pela Gráfica Líder (PR) dois importantes livros: *Fatos e versões* (1976) e *Distorções e revisões* (1977). Nessas duas obras em particular, Joffily realiza verdadeira maratona revisionista da historiografia paraibana. Nestas obras, José Joffily procurando fazer uma análise do então estado da produção historiográfica nacional e paraibana, e se debruçando em autores como André Figueiredo, Irineu Pinto, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado, Horácio de Almeida, Rocha Pombo de Almeida Garret, Barão do Rio Branco e o historiador português Arsênio A. T. Mascarenhas. Não se limitando ao exposto, o autor, ao longo dos dois livros, apontou soluções para as falhas e métodos presentes na gama de manuais didáticos analisados por ele. De modo que, a preocupação com o Ensino de História se constitui como foco central dessas obras.

Nesses escritos, José Joffily expôs também aspectos de suas concepções acadêmico-ideológicas centrando o estudo na perspectiva marxista, da qual fará uso para analisar a influência do contexto político-econômico sobre a construção da verdade histórica, que, dada a influencia contextual, torna-se relativa. Segundo Joffily, essa relatividade se configura ainda mais contundente quando a verdade advém de acontecimentos contemporâneos, pois é mais facilmente influenciada por interesses privados ou de facções, tornando a versão mais importante que o fato. Todavia, isso valoriza o conhecimento histórico, desde que observados os apologismos, tornando a investigação histórica incessante.

Para o autor, os fatos são imprescindíveis, mas deve evitar o factualismo e a falta de inseção como meios de fugir das distorções. “Saber os fatos é fundamental porque servem de ponto de partida para níveis superiores do conhecimento: a análise, a interpretação e a crítica” (JOFFILY, 1976 p. 34). Segundo Joffily, os acontecimentos históricos têm conseqüências políticas e, em longo prazo, influenciam as transformações sociais, afirmando que não há História sem antagonismos de classe e elevando o povo ao status de protagonistas da História. Voltando aos aspectos educacionais, Joffily enfatiza

a importância das aulas de História, salientando sua relevância para a formação da consciência crítica do adulto. Contudo o profissional da pesquisa ou do Ensino de História deve se ater criticamente aos silêncios e escolhas de fatos e personagens presentes em construção da verdade históricas, ideologicamente preparadas. Devendo também, evitar a prática de decoreba como método de Ensino de História.

Os anos oitenta do século passado podem ser considerados como a época mais profícua em termos de produção intelectual de Joffily. Entre 1980 e 1983, publicou três livros *Anayde – paixão e morte na revolução de 30* (1980), *já citada*, onde o autor traz à baila a mulher, escritora e poeta Anayde Beiriz. Em 1982, é novamente premiado pela Academia Paulistana de História, ao publicar pela Editora Kosmo, a biografia de seu avô materno – *Entre a monarquia e a república: idéias e lutas de Ireneo Joffily* (1982), publicando no ano seguinte, pela Record, *Morte na Ulen Company: 50 anos depois* (1983), onde envereda pelos tortuosos caminhos da dominação do capital internacional em terras paranaenses.

Em 1985 são editados dois livros importantes. O primeiro foi *Londres Londrina*, onde há uma interpretação revisionista da influência inglesa na formação e evolução histórica de Londrina para em seguida, por ocasião dos quatrocentos anos de conquista e fundação da Paraíba, publicar o seu livro mais ousado: *Porto político* (1985), onde denuncia as falcatruas das oligarquias do Estado durante o governo de Sólon de Lucena na construção do porto fantasma na capital, período considerado pela historiografia paraibana como o auge do poder oligárquico na Paraíba, haja vista o montante de verbas recebida da *Inspetoria Federal de Obras contra a Seca* (IFOCS) para o combate às secas. Dois anos depois, ainda enveredando pelo gênero biográfico, lança numa coleção da Paz e Terra da Universidade Federal do Paraná, a obra *Harry Berger* (1987), retirando do limbo o militante comunista que enlouqueceu vítima das torturas de Felinto Muller, chefe da polícia nos anos de Getúlio. Na introdu-

ção desta obra, o autor relembra sua caminhada política na década de 1920, mas precisamente em 1927, quando sapateiro e peixeiro Sacco e Vanzetti foram condenados à cadeira elétrica, vitimada pela epidemia do anticomunismo que dominou os Estados Unidos.

Em 1988, dedicado à Universidade Federal de Santa Catarina, publica *O caso Panther* (1988), pela Paz e Terra, e depois de exaustiva pesquisa no país e no exterior, lança já bem próximo de sua morte, o livro *Nos tempos de Branca Dias* (1993), onde, em forma de libelo, revela seu anticlericalismo, denunciando os crimes da Inquisição. Este representou outro desafio como historiador, pois causou uma grande polêmica nos meios conservadores da Paraíba, sobretudo nos historiadores não acadêmicos, pois estes acreditam ser Branca Dias uma lenda, porque não aceitam a tradição oral que passa de em geração em geração, como importante fonte histórica.

Em suma, no que diz respeito à análise de sua produção historiográfica, José Joffily desenvolveu em sua obra a ideia do “devir”, concebendo a História como cenário de luta para o desenvolvimento da justiça social, numa marcha em que os retrocessos são efêmeros, embora existam e sejam componentes de um processo histórico que envolve mudanças e permanências. Para tanto, faz uso do método dialético, ao qual define como o método mais completo de raciocínio, sempre na perspectiva e analogia entre os antagonismos de classe, onde afirma que o posicionamento social dos autores reflete sobre as interpretações históricas. Outro ponto interessante é o uso de fontes orais, Joffily faz uso constante de entrevista para enriquecer suas pesquisas, além do uso da tradição oral como fica evidente em seu último livro.

Com essas considerações José Joffily, historiador polêmico e conhecido pelos temas incandescentes que levantou em seus livros, deputado federal em quatro legislaturas e um dos fundadores e dirigentes da Frente Parlamentar Nacionalista, cassado, preso e perseguido pelo Regime Militar, viu-se impossibilitado de resolver as contradições entre seus ideais socialistas e a dura realidade

nacional vincada pela ditadura. Nessa conjuntura, procurou como historiador por meio de uma atitude historicamente pragmática, exerceu sobre seu meio uma influência que não conseguiu pela política. Sua obra historiográfica se insere num contexto marcado pelas contestações a ditadura militar instalada no país em 1964, pelas torturas e assassinatos nos quartéis, pela exacerbada e arbitraria censura á produção cultural, pelas cassações, pelos protestos e pelos desrespeitos aos direitos e garantias individuais. Aos 75 anos (em 1990), mas com o vigor e saúde de um jovem – e com entusiasmo para enfrentar uma dura luta política, Joffily teve seu nome lembrado espontaneamente como um exemplo de político de idéias socialistas e sólida formação cultural, que por mais de três décadas teve uma das mais brilhantes atuações na política nordestina.

Referência Bibliográfica

- JOFFILY, José. *A Constituinte de 1946*, Conferência do historiador José Joffily. Pernambuco: Fundação Joaquim Nabuco, 1985;
- A UNIÃO, Jornal/ João Pessoa, PB: API, 1993.
- BATISTA, Oduvaldo. José Joffily: 60 anos de Combatividade Nacionalista. In: DA SILVA, Pontes. *Poder e Política na Paraíba – uma análise das lideranças*. João Pessoa: UNIÃO/API, 1993.
- BURKE, Peter (Org.) (2002). *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo-SP: Editora universidade Estadual Paulista.
- CALDEIRA, Jorge. *Mauá, Empresário do Império*. Companhia das Letras: São Paulo 1995.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Traduções por Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.
- DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Legislaturas de 1945 a 1958. Brasília: Gráfica do Congresso Nacional, 2003.
- Entrevista ao CPDOC, 1982.
- HIPOLITO, Lucia. PSD. *De raposas a reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWM, Eric. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JANNOTI, Maria de Lourdes M. João Francisco do Brasil. *Jornalista e historiador*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

JOFFILY, José. *Anayde Beiriz: Paixão e Morte na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira das Artes Gráficas, 1980.

_____. *A Constituinte de 1946*, Conferência do historiador José Joffily. Pernambuco: Fundação Joaquim Nabuco, 1985.

_____. *Entre a Monarquia e a República*. Idéias e Lutas de Irineo Joffily. Rio de Janeiro: Kosmos, 1982.

_____. *Harry Berger*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Curitiba: Universidades Federais do Paraná, 1987.

_____. *Manifesto a Sucessão Estadual*. Londrina: Gráfica Líder, 1990.

_____. *Morte na Ullen Company: Cinquenta Anos Depois*. Rio de Janeiro: Record, 1983.

_____. *Nos Tempos de Branca Dias*. Londrina: Pé Vermelho Editora, 1993.

_____. *O Caso Panther*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Porto Político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

_____. *Revolta e Revolução-cinquenta anos depois*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEVI, Giovanni (1992). Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EDUNESP, 1992

MELLO, José Octavio de Arruda. *Sociedade e Poder Político no Nordeste – o caso da Paraíba 1945-1964*. João Pessoa, 2001.

MELLO, José Octavio de Arruda. “Um Parlamentar da Máquina Partidária ao Reformismo”. In. *Sociedade e Poder Político no Nordeste. O Caso da Paraíba (1945- 1964)*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2001.

MORAIS, Fernando. *Chato. O rei do Brasil*. Companhia das Letras, São Paulo, 1994.

_____. *Olga*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

PARIS, Robert. Biografia e Perfil do Movimento Operário: algumas reflexões em torno de um dicionário. In: Revista Brasileira de His-

toriografia. Órgão oficial da Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH/UNIJUI, v. 17, n.º. 33, 1997.

Revista Brasileira de História. Órgão oficial da Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH/UNIJUI, v 17, n. 33, 1997.

SANTANA, Martha Maria falcão de Carvalho e M. *José Joffily: Parlamentar e Historiador Combatente*. João pessoa, 2002. (Projeto de pesquisa).

SILVESTRE, Josué. *Nacionalismo e Coronelismo*. Fatos e personalidades da história de Campina Grande e da Paraíba (1954/1964). Brasília: Senado Federal – Centro Gráfico, 1988, p.78-366.

SYLVESTRE Josué. *Lutas de Vida e de Morte*. Fatos e Personalidades de Campina grande – 1945/1953, Brasília, Gráfica do Senado, 1982.